

Sucessão é trunfo para criação da CPI

Aliados do governo tendem a assinar requerimento para não inviabilizar candidaturas em 2002

João Domingos
de Brasília

As eleições de 2002 são, no momento, a grande ameaça ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aliada principal dos que defendem a criação de uma CPI destinada a apurar denúncias de irregularidades no governo. Por causa das eleições, vários senadores — especialmente do PMDB — anunciam que vão assinar o requerimento de instalação da CPI, justamente para se diferenciar de um possível concorrente numa disputa regional.

Por mais que o presidente Fernando Henrique peça aos congressistas que participam de sua base aliada o adiamento do debate sobre a sucessão nos estados e na Presidência da República, esse é um apelo que não tem conseguido aceitação. Os interesses políticos regionais orientam a direção dos passos de cada um dos pré-candidatos, interessados no que as pesquisas apontam como tendências dos eleitores. E as pesquisas dizem que os eleitores são favoráveis à CPI.

Tudo isso tem resultado em situações no mínimo contraditórias. O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que assinou o pedido de instalação da CPI apoiada por Antonio Carlos, o seu maior adversário, fazia ontem pregação anti-CPI. Anunciava que pediria, na reunião do PMDB, que os senadores não dessem apoio às investigações. Acontece que a reunião à qual se referia Jader nem está convocada. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), tem preferido não reunir a bancada do partido. Faz consultas isoladas. Até agora, sabe que seis senadores devem apoiar a CPI. Cada um por razões distintas. Acha também

que os defensores das investigações não conseguirão arregimentar mais do que seis assinaturas no partido.

À exceção dos senadores Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR), que assinam qualquer pedido de CPI, outros peemedebistas que se manifestaram a favor de sua instalação têm seus motivos. E são eleitorais. Maguito Vilela quer mostrar aos eleitores que é diferente de Iris Rezende. Com isso, acha que terá mais chances do que Iris numa disputa para se tornar candidato ao governo de Goiás.

O mesmo ocorre com José de Alencar, que procura mostrar distância de Newton Cardoso, vice de Itamar Franco com o qual poderá disputar vaga para candidato a governador de Minas. É o que leva o senador José Fogaça, velho aliado de Fernando Henrique, a também prometer sua assinatura. Ele tenta mostrar que é diferente do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, um possível adversário no Rio Grande do Sul.

E o senador Antonio Carlos Magalhães, que não tem nada a perder, continua no ataque. Voltou à tribuna para pedir investigações "sérias" na Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e na Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). E tem anunciado que os outros dois senadores da Bahia — Paulo Souto e Waldeck Ornélas — assinarão o pedido de CPI. Mas An-

tonio Carlos quer que o gesto de seus aliados tenha grande conotação política. Por isso, pede que aguardem quando a oposição chegar à 25ª assinatura. Os dois seriam, pela ordem, o 26º e o 27º, e completariam, assim, as assinaturas necessárias para que a comissão seja instalada.

E ontem, Antonio Carlos decidiu enfrentar o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), agora de forma mais direta. Disse que Bornhausen está enganado quando acha que só uns poucos apóiam as investigações.

Se a CPI vier a vingar, o governo não estará tão mal assim, como dizem o presidente Fernando Henrique e seus ministros. Por causa do regimento interno do Senado, é a vez de o PMDB indicar o presidente da CPI; o cargo de relator fica com o PSDB. A experiência diz que, quando o presidente e o relator de uma comissão não querem investigar muita coisa, realmente não investigam nada.

Quando, em 1995, houve o escândalo do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e as oposições pediram uma CPI, o senador Antonio Carlos Magalhães, àquela época aliado do governo, presidiu a supercomissão formada pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), agora um dos que ameaçam assinar o pedido de CPI, foi o relator.

Nada se apurou. O Sivam pôde seguir em frente. A norte-americana Raytheon, vencedora de uma concorrência suspeita, segundo a concorrente Thomson, francesa, continuou a fornecer os equipamentos do Sivam.

Ao governo, no entanto, não interessa correr o risco. O presidente continua a ligar para os senadores para pedir que não assinem o requerimento da oposição. E o PSDB voltou ontem a se manifestar. Uma nota assinada pela comissão executiva nacional, pelos governadores e pelas bancadas no Senado e na Câmara afirma que a CPI é um palanque da disputa política.

De acordo com o PSDB, a instalação de uma CPI como a que está sendo proposta visa paralisar o processo de reformas, bloquear as ações do Parlamento e do Executivo, monopolizar as atenções da imprensa e da opinião pública e minimizar os avanços sociais, pois reduzirá o Congresso à mesquinha disputa política pelo poder.

A nota diz que o governo, sob a presidência de Fernando Henrique, "nunca foi obstáculo ao livre funcionamento das instituições de controle e investigação próprias do Executivo, Legislativo e Judiciário". Afirma ainda que a CPI não tem base legal, pois aborda diversos episódios, muitos de caráter genérico, não vinculados entre si. O PSDB diz que os episódios, objeto da CPI pretendida, "estiveram ou estão sob investigação, por parte do Tribunal de Contas da União, pelo sistema de controle interno do Poder Executivo ou pelo Ministério Público, ao qual cabe promover, privativamente, a ação penal pública, o inquérito civil e a ação pública para a proteção do patrimônio público e social".



Antonio Carlos Magalhães